

.....

O presente trabalho trata do processo de construção da educação política dos militares. A ênfase explicativa recai sobre a própria história da Força Terrestre, reportando-se às Academias Militares em período recente muito influenciada pela Escola Superior de Guerra e pela Doutrina da Segurança Nacional. As Ordens do Dia são discursos elaborados pelos ministros militares para serem lidas em todos os quartéis das respectivas Forças em datas solenes, no mesmo horário, em todo o país, com as tropas em formação. A leitura das Ordens do Dia buscou desvelar os elementos constitutivos da representação militar no Exército Brasileiro.

Palavras Chave: educação militar; discursos; representação militar.

This work deals with the construction of the military's political education. The explicative emphasis is laden on the very history of the Land Force, as recent reports from the Military Academies attest regarding the Higher School of War as well as the National Security Doctrine. The Orders of the Day are discourses elaborated by military ministers to be read in all the military quarters of the respective Forces on solemn dates, simultaneously, around the country, among the troop trainees. Readings of the Orders of the Day reveal the elements constitutive of the military representation of the Brazilian Army.

Keywords: Military Education; discourses; military representation

As ordens do dia e a fabricação da representação Militar no Exército Brasileiro

Geraldo
Inácio Filho

Prof. Dr. da
Universidade
Federal de
Uberlândia

Introdução

O estudo dos militares, não apenas no Brasil como em toda a América Latina, reveste-se de grande importância uma vez que, de uma maneira geral, sua participação política é caracterizada por uma série de intervenções na vida dos diversos países da região.

Tendo estudado em duas Escolas Militares: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCE) e Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) entre fevereiro de 1968 e dezembro de 1971, pudemos notar como os militares do Exército Brasileiro preocupam-se com a fabricação da representação de seus subordinados, fazendo preleções matinais, vespertinas e noturnas aos alunos da Escola Preparatória e aos Cadetes da AMAN. O anticomunismo era a tônica de quase todos os pronunciamentos. O amor à pátria era o corolário da ação desejada de todo militar.

O período compreendido entre 1985 e 1988 - no interior do qual foi convocado o Congresso-Constituinte que elaborou a Constituição vigente - foi marcado por manifestações e lobbies militares, numa tentativa de manter intocada sua tutela sobre a sociedade brasileira.

Como exemplo de outros acontecimentos marcados pelo envolvimento de militares, temos o episódio da Serra do Cachimbo, onde instalações militares secretas eram

construídas com recursos da sociedade brasileira, mas à sua revelia, ou pelo menos sem sua anuência; laboratório da Marinha de Guerra (Iperó-SP), que trabalha no desenvolvimento de um submarino de propulsão nuclear e também de enriquecimento de urânio, o

O satélite foi um sucesso, mas o VLS provocou um acidente grave, quase destruindo a base de Alcântara

que pode possibilitar a produção de artefatos nucleares de destruição; a Missão Espacial Completa Brasileira (MECB) que desenvolve um satélite de comunicações e seu veículo lançador, facilmente conversível em míssil balístico intercontinental (ICBM). O satélite foi um sucesso, mas o VLS provocou um acidente grave, quase destruindo a base de Alcântara. Esse projeto requer tecnologia das potências, as quais negam-se a fornecer.

Tais episódios, aparentemente sem conexão, refletem a representação de Estado e, por via de consequência, de sociedade, presentes na formação dos militares brasileiros, decorrendo daí sua autonomia em relação à sociedade civil e a idéia referida de que devem tutelá-la. Tal tutela é uma constante nas constituições republicanas, inclusive na vigente, aprovada em outubro de 1988.

Para os militares essa tutela justifica-se porque se sentem mais patriotas que os civis, eternos suspeitos por não viverem sob a disciplina e a hierarquia que habita a caserna e por acreditarem que o progresso só se dá dentro da ordem estabelecida, no caso, ordem burguesa.

No início dos anos 1970, as manobras militares tinham um componente ideológico que era expresso em jargões

e estereótipos de modo a estigmatizar-se as esquerdas. Nas preleções dos oficiais das escolas militares o ataque a elas visava evitar que se repetissem episódios como o nacionalismo do Clube Militar dos anos 1950 e o surgimento de dissidentes como Luiz Carlos Prestes e Carlos Lamarca.

A questão que nos ocupou é como podem as OD influenciar na fabricação da **representação militar**, vale dizer,

influenciar na maneira dos militares verem a si próprios e na fabricação da imagem que constroem do contexto social em que vivem. Há alguma relação entre o discurso explicitado pelas OD e as práticas políticas dos militares, especialmente aquelas que se caracterizam como tentativas de se sobrepor à sociedade civil direcionando ou tutelando os rumos da política, da economia e do contexto cultural?

Ordens do Dia (OD) são discursos de militares em postos de comando, lidos em datas cívicas¹, nos quartéis, com a tropa em formação militar. As OD objeto deste trabalho são as do Ministro do Exército do general-presidente João Batista de Oliveira Figueiredo e compreendem o período 1979-1985, ou seja o autor dos referidos documentos foi o general Walter Pires Carvalho e Albuquerque.

Dado que as OD revelaram-se uma arma poderosa na formação de uma **mentalidade** anticomunista presente nos discursos lidos nos quartéis, o que se reflete em atitudes antidemocráticas por parte daqueles que se deixam levar pela pregação e, ainda, tendo as OD como fonte de inspiração a Doutrina da Segurança Nacional, a qual, por sua vez, abeberando-se nos estudos da Geopolítica, que influenciou a formação

¹ As datas cívicas referidas são: 1º de janeiro (Ação de Graças), 31 de março (Revolução de 1964), 8 de maio (Vitória dos Aliados sobre o Eixo), 25 de agosto (Dia do Soldado: Caxias), 7 de setembro (Proclamação da Independência), 15 de novembro (Proclamação da República), 19 de novembro (Bandeira Nacional), 27 de novembro (Levante Comunista de 1935), 25 de dezembro (Natal).

da mentalidade e da ideologia fascistas, tem-se que a justificativa para a violação dos direitos e garantias individuais estava posta, pois, dever-se-ia considerar as razões de Estado acima das liberdades e garantias individuais.

Dessa forma a tortura, a prisão arbitrária, o assassinato e a violação das leis eram justificadas em nome da segurança do Estado, a qual os militares brasileiros insistiam em confundir com defesa da "Democracia". A **mentalidade** coletiva do referido estrato social, talvez não fosse homogênea, pois diversos militares opuseram-se às arbitrariedades. Contudo, aqueles que agiram politicamente nos órgãos de repressão estavam seguros que agiam pelo bem comum e para salvar essa "Democracia" da "ameaça comunista". Daí justificarem as atitudes acima referidas ou situações muito piores, onde atos de terrorismo foram utilizados para que pudessem concretizar objetivos de impedir a "distensão", na gestão Geisel e na "abertura" da presidência Figueiredo.

Deslocamos a ênfase explicativa para o próprio discurso do Ministro do Exército devido ao fato desta Instituição ser a I t a m e n t e hierarquizada tendo a OD um grande poder mobilizador. Dessa forma, as práticas anteriormente referidas tornam-se elementos referenciais necessários ao entendimento do discurso e este ao entendimento das práticas e atitudes citadas.

O objetivo foi demonstrar como formas de **consciência social** possibilitadas pela emergência do discurso conservador presente nas OD condicionaram num sentido negativo a gênese e o desenrolar da repressão aos movimentos sociais transformadores no interior da sociedade brasileira; explicar o processo histórico de constituição do referido discurso, bem como enfatizar determinadas **práticas políticas** de alguns agentes da repressão com patentes militares; verificar se o

caráter de sua influência sobre o ânimo político de certos oficiais pode ter facilitado a emergência de práticas e atitudes autoritárias; explicar a gênese, o desenvolvimento e a configuração específica do referido discurso presente nas OD do ministro do Exército sobre o problema brasileiro da organização e participação política da Sociedade Civil, especialmente dos setores sociais subalternos.

Por "discurso conservador" entendemos no contexto deste trabalho um conjunto razoavelmente sistematizado de concepções apoiadas em princípios sociais, políticos e religiosos, voltados para a negação e tentativa de inviabilizar a participação e a vivência política concreta dos setores sociais subalternos da sociedade brasileira.

As OD refletem e articulam uma forma de pensar produzida no interior do Exército Brasileiro (EB), escritas por seus comandantes e lidas em corpos de tropa, para todos os seus componentes, postados em formação militar. O que caracteriza essa produção discursiva é a presença de conceitos e definições tomadas à Escola Superior de Guerra -

As OD refletem e articulam uma forma de pensar produzida no interior do Exército Brasileiro (EB)

presença recorrente nas OD dos ministros militares brasileiros após 1935 e sobretudo no pós-1964.

Tal discurso é tratado como uma construção mental profundamente vinculada à realidade de um estrato social particular: os militares do Exército, e não como simples "forma" destituída de conteúdo concreto. Sua finalidade é criar uma consciência coletiva homogênea e prevenir a emergência de dissidentes dentro do Exército. Seu caráter anticomunista é permanente e visa evitar que os militares se encantem com ideologias de

esquerda e se simpatizem com movimentos populares, como já ocorreu no passado. Assim, qualquer reivindicação, qualquer manifestação de desejo de participação política por parte

O sentido da análise do documento é o de verificar em que medida seu autor está comprometido com os interesses de uma efetiva democratização da sociedade

dos setores sociais subalternos tendem a ser encaradas como esquerdismo comunicante, tornando-se em obrigação para os militares situarem-se em favor da ordem estabelecida.

Com GRAMSCI (1978, p. 16) definimos os "setores subalternos" como aquelas classes, frações de classe ou segmentos sociais desprovidos de real autonomia no conjunto da sociedade, cujas práticas correntes e história revelam a intervenção contínua dos setores dominantes em sua existência coletiva.

O sentido da análise do documento é o de verificar em que medida seu autor está comprometido com os interesses de uma efetiva democratização da sociedade, se defende interesses corporativos ou reflete uma ideologia pequeno-burguesa. Também em que sentido o discurso burguês acaba por produzir nos militares a alienação, isto é, ausência de consciência da realidade.

Além das OD, objeto central de estudo neste trabalho, fizemos uso de uma bibliografia levantada sobre o assunto tendo também muita relevância artigos noticiosos ou interpretativos de diversos periódicos, entre os quais destacam-se: Jornal Folha de São Paulo, Jornal Movimento, Revista Veja e Revista Istoé.

Explicitando a representação

Um instrumento fundamental para a análise histórica através de imagens é o conceito de **representação coletiva**,

surgido quando Émile Durkheim procurou entender os mecanismos que garantem a coesão social a despeito das tensões e rivalidades latentes em todos os grupos humanos. Para Durkheim

(1989, p. 510-26), a *imagem* é o mais importante desses mecanismos. Ele concluiu que através de imagens - materializadas em pinturas,

esculturas, bandeiras, medalhas, tatuagens, cocares, brasões, etc. - os grupos sociais podem referir-se a si mesmos, regular seu funcionamento, sua hierarquia e as diferenciações entre seus membros.

As representações coletivas são formas de organização do conhecimento da realidade, embora essa mesma "realidade" seja também uma construção social. As representações coletivas fornecem sistemas de valores indispensáveis para a vida dos grupos sociais, na medida em que regulam a organização simbólica e inconsciente da realidade para todos os indivíduos de uma comunidade determinada.

A importância desse conceito para o trabalho dos historiadores foi apontada nos anos 1980 por Roger Chartier. Ele acredita que, ao trabalhar sobre as lutas da **representação**, a História conseguirá lançar um olhar revelador sobre a vida social. Chartier diz que, para isso, os historiadores devem concentrar sua atenção "nas estratégias simbólicas que determinam posições e relações (sociais) e que constroem, para cada classe, grupo ou meio, um ser-percebido constitutivo de sua identidade" (CHARTIER, 1991, p. 184).

Dessa forma, os documentos figurativos revelam-se como testemunhos privilegiados das formas pelas quais as sociedades do passado viam a si mesmas e se organizavam enquanto sistemas de diferenças entre os indivíduos. Para Chartier, a noção de **representação militar** autoriza articular melhor que o conceito

mentalidade a compreensão dos mecanismos sociais e afirma que a superação pela História da divisão que dominou a disciplina nos anos 1970, entre a objetividade das estruturas e a subjetividade das representações,

exige, a princípio, considerar os esquemas geradores dos sistemas de classificação e de percepção como verdadeiras instituições sociais, incorporando sob a forma de representações coletivas as divisões da organização social - As primeiras categorias lógicas foram categorias sociais; as primeiras classes de coisas foram classes de homens em que estas coisas foram integradas (CHARTIER, 1990, p. 18; 1991, p. 183).

Para nosso autor, toda reflexão metodológica enraíza-se numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico. A sua organiza-se em torno de três pólos: de um lado, o **estudo crítico dos textos**, literários ou não, canônicos ou esquecidos, decifrados nos seus agenciamentos e estratégias; de outro lado, a **história dos livros** e, para além, de todos os objetos que contêm a comunicação do escrito; por fim, a **análise das práticas** que, diversamente, se

apreendem dos bens simbólicos, produzindo assim usos e significações diferenciadas. Dessa forma sua atenção esteve voltada para a matéria onde se opera o encontro entre "o mundo do texto" e o "mundo do leitor". Algumas hipóteses orientaram a pesquisa de Chartier (1991, p. 178):

A primeira hipótese sustenta a operação de construção de sentido efetuada (ou na escuta) como um processo historicamente determinado cujos modos e modelos variam de acordo com os tempos, os lugares, as comunidades. A segunda considera que as significações múltiplas e móveis de um texto dependem das formas por meio das quais é recebido por seus leitores (ou ouvintes).

Aqui não nos interessa estudar as disposições dos leitores (e ouvintes) em relação à decodificação do texto, mas, pura e simplesmente a **intenção** do autor do texto em um contexto histórico bem definido, uma vez que, no dizer de

Chartier, ao se estudar a apropriação do sentido deve-se atentar para as condições e processos que sustentam suas operações e reconhecer que nem as inteligências nem as idéias são desencarnadas e que as categorias tidas como invariantes devem ser construídas a partir das descontinuidades das trajetórias históricas. E mais:

Contra a representação, elaborada pela própria literatura, segundo a qual o texto existe em si, separado de toda materialidade, é preciso lembrar que não há texto fora do suporte que lhe permite ser lido (ou ouvido) e que não há compreensão de um escrito, qualquer que seja, que não dependa das formas pelas quais atinge o leitor... (Chartier, 1991, p. 182).

Este trabalho parte de duas premissas sobre a forma de tratar as Ordens do Dia. Do lado da produção da informação, a imagem não será encarada como reflexo de uma realidade "traduzida" pelo autor, mas como uma construção, uma forma que ele elaborou para representar seu mundo. No polo da

No polo da recepção da informação, as formas de percepção vão ser encaradas como estruturas coletivas que se transformam através do tempo

recepção da informação, as formas de percepção vão ser encaradas como estruturas coletivas que se transformam através do tempo, mas também têm um ponto de repetição contínua: o anticomunismo. Outra característica das Ordens do Dia é seu caráter corporativo. É escrita por um membro do estrato militar e destinada a esse mesmo grupo.

A **representação**, embora se escude no texto discursivo conhecido como Ordens do Dia, não é as Ordens do Dia. O referido discurso fornece suporte teórico ao objetivo de se obter visão de mundo e práticas políticas e sociais condizentes e, ao máximo possível, homogêneas, para o estrato militar da Força Terrestre brasileira.

A **representação** aqui trazida a lume refere-se a um modelo representativo dada a configuração altamente hierarquizada das forças militares.

Comparamos as OD elaboradas pelo General Walter Pires com aquelas elaboradas por outros militares e civis, relativas à Revolta Comunista de novembro de 1935, publicadas no livro do general Ferdinando de Carvalho cujo título é *Lembrai-vos de 35!* A referida obra traz as Ordens do Dia relativas ao episódio de 1935, produzidas por

De modo sucinto a representação militar pode ser entendida como um discurso que se vincula ao pensamento pela memória coletiva

autoridades das três armas: Marinha, Exército e Aeronáutica. Pudemos perceber o quanto há de similaridade entre o discurso do ministro em pauta e os outros discursos, independentemente da época em que foram escritos.

De modo sucinto a **representação militar** pode ser entendida como um discurso que se vincula ao pensamento pela memória coletiva, tendo força mobilizadora em relação ao presente, - ao organizar a prática coletiva, no caso em pauta, do estrato militar-, mais a referida prática coletiva. Apesar de uma construção constituir-se a partir do funcionamento da vida social é também uma força constituinte, uma força que opera através de e sobre determinada coletividade, dando sentido às suas práticas e dinamizando-as. Tais discurso e prática coletiva guardam sintonia com interesses determinados de segmentos dominantes da sociedade brasileira.

Tratando o discurso e a prática coletiva dos militares sobre a sociedade brasileira como uma **representação**, estamos nos referindo a uma dimensão da realidade empírica e não a uma construção puramente teórica. O referido discurso faz-se presente em diversos grupos que se mobilizam no meio militar, conferindo-lhes identidade e legitimando suas ações coletivas; demarca os modos de pensar e práticas de parcelas ponderáveis da hierarquia do Exército

e de suas "bases" civis. Trata-se de um discurso construído em direção a uma realidade social estabelecida que contempla o **status quo** social vigente e em defesa deste remete suas principais mensagens.

Em que pese seu(s) autor(es) sistematizar(em) o discurso nas formulações desenvolvidas a partir da

Doutrina da Segurança Nacional, finca raízes também nos próprios setores subalternos da sociedade, onde são recrutados não

apenas seus soldados e praças, mas também a maioria dos oficiais do Exército. Pois, deve-se ter sempre em conta que todo discurso, para ser eficaz, deve operar sobre uma base de significados comuns a aqueles que o produzem e a aqueles que dele se utilizam.

Uma razão para centrar-se a ênfase explicativa na **representação**, foram as pistas e intuições possibilitadas por um primeiro exame das Ordens do Dia, onde se nota a recorrência do discurso anticomunista, a ênfase no engajamento do Brasil no mundo Ocidental, portanto como aliado natural dos Estados Unidos da América do Norte, no interior da cultura cristã, etc. O que não implica admitir a priori que a fala do general seja idêntica à dos agentes de repressão ou a todos os comandantes militares, mas sua posição na hierarquia militar tem peso significativo quando se trata da construção da **representação** no âmbito da referida força (o Exército).

Otto Lara Rezende indicou uma crônica escrita cinco anos antes da "Intentona", por Mário de Andrade, onde este dizia que a palavra "comunismo" havia criado para o brasileiro um demônio novo. Depois de se referir à condenação daquele episódio (1935) como "erro sangrento", "erro profundo", por parte de Hermes Lima, que via nele o subterfúgio para que a segurança nacional fosse reduzida à segurança

contra o comunismo, o articulista afirma:

A partir daí, nunca mais nos livramos dessa retórica. Releia quem quiser os atos institucionais a partir de 1964. O arbitrio se impunha contra os que desejavam bolchevizar o país. Medidas urgentes tinham que ser postas em prática para drenar o bolsão comunista. Nos anos 30, Hermes Lima foi afastado da cátedra. Em 1964 foi posto fora do Supremo Tribunal Federal. Tudo em nome do combate à subversão e às ideologias contrárias às tradições de nosso povo... (RESENDE, 1991, p. 2).

Esse anticomunismo seria exacerbado após o Levante de 1935, largamente conhecido com antecedência e estimulada sua eclosão pelo governo Vargas, que se beneficiaria dela nos seus propósitos de concentrar poderes e baseando-os no apoio ostensivo que lhe dava uma cúpula militar chefiado pelo General Góis Monteiro, o qual, como Tenente-Coronel, chefiou em 1930 as tropas sulinas em direção ao Rio de Janeiro. Um homem sem escrúpulos – segundo o depoimento do general Cordeiro de Farias, seu contemporâneo –, excessivamente ambicioso, mas, se dotado de coragem física, não o era de coragem moral, além de ser simpatizante da Alemanha Nazista (CAMARGO e GOES, 1981, p. 168).

A partir do Novembro de 1935 o estereótipo de comunista foi utilizado contra qualquer adversário político que se quisesse colocar fora de combate de forma imediata, pois contra eles, tudo era permitido. Em

1937 uma “ameaça comunista” foi forjada por Góis Monteiro a partir de um suposto “Plano Cohen” que o capitão Olympio Mourão Filho datilografava para o Partido Integralista. Apresentado ao Estado Maior do Exército como verdadeiro, o plano descrevia uma imaginária conspiração para tomar o poder. Essa vergonhosa falsificação foi utilizada para forçar o Congresso a decretar e prorrogar o estado de guerra, provocando-se um atrito artificial entre executivo e legislativo com o objetivo de

justificar o fechamento do Parlamento a 10 de novembro e instaurar o Estado Novo (CARONE, 1965, p. 148-63; SODRÉ, 1968, p. 251-70).

As Ordens do Dia

Aproximava-se o crepúsculo do regime militar e o projeto de militarização da sociedade estava inconcluso e longe de ser atingido. Contudo, o ministro do Exército à época não via ainda outro remédio para a nação. E, no dia do soldado, no ano de 1979 lembrava que em todos os quartéis estava sendo evocada “a excelsa figura do Marechal LUIZ ALVES DE LIMA E SILVA, o DUQUE DE CAXIAS”. Segundo o general ele encarna um conjunto de autênticas virtudes

humanas, morais e cívicas do soldado brasileiro, no que este representa de dedicação aos supremos interesses da soberania e integridade do Brasil, de fidelidade à causa pública e de devoção às legítimas aspirações de nosso povo (ALBUQUERQUE, 1979, p. 17).

Caxias teria sido chefe exemplar, magnânimo e “estrategista sem erros”. Internamente é apontado como pacificador, “conciliando partes desavindas, compatibilizando interesses”. Naturalmente o articulista da OD refere-se aos interesses das elites

O “Plano Cohen” descrevia uma imaginária conspiração para tomar o

porque o “impondo a lei e a ordem” que ele coloca em seguida, com certeza estaria relacionado a outros setores sociais que não as elites.

O general Walter Pires diz-nos que Caxias foi escolhido como patrono do Exército porque em quatro séculos de existência da força não haveria ninguém melhor para credenciar-se ao posto. E, mais, o Exército seria uma

instituição que se gerou espontaneamente no seio do povo, três séculos antes da própria existência autônoma do Brasil, com o influxo do instinto de defesa de nossos antepassados.

coloniais, e que através dos tempos se conservou fiel à sua destinação histórica, a serviço dos mais acalentados anseios da gente brasileira (ALBUQUERQUE, 1979, p. 17).

O nosso articulista propõe que, diante das dificuldades vividas naquele momento, geradas, segundo ele, "sobretudo por fatores externos", para serem superadas requeriam de cada brasileiro, seguir o exemplo de Caxias, isto é, "colocar os interesses maiores do País acima das querelas particulares, que desunem, enfraquecem e destroem", daí a necessidade de se evitar as dissensões, as divergências. Seu projeto de nação estava calcado na unanimidade, conseguida pelos métodos referidos neste trabalho. Haveríamos de ter ainda espírito de renúncia, desambição, determinação, devotamento, amor à terra e ao povo que nela vive. Portanto, nossos próprios líderes políticos deveriam inspirar-se em Caxias para serem reconhecidos como "brasileiros conscientes":

Da mesma forma, o espírito de renúncia, a desambição, o devotamento à causa pública - virtudes que engrandeceram a vida de Caxias - não constituem atributos exclusivos dos homens de farda, e merecem ser cultivadas, também, pelos brasileiros conscientes, mormente por aqueles que aspiram à condição de estadistas, pois repugna à consciência cívica do país que conveniências pessoais ou de grupos prevaleçam, em qualquer circunstância, sobre os superiores interesses da própria Nação (ALBUQUERQUE, 1984, p. 22).

Esse devotamento à pátria seria tão grande e consolidado dentro do Exército que os chefes militares jamais acreditaram que pudesse ocorrer dentro dos quartéis um episódio tão violento quanto foi o de novembro de 1935. Na cidade de Natal teriam tombado bravos companheiros que resistiram, pois eram homens "devotados ao cumprimento do dever e à defesa das mais nobres tradições militares: a disciplina, a camaradagem, a honra e a lealdade" (ALBUQUERQUE, 1981, p. 31).

Numa entrevista concedida o general vê diferenças apenas materiais entre o Exército antes do Movimento Militar de 1964 e em 1981, mas o espírito, segundo ele, permanece o mesmo:

A dedicação, a camaradagem, a união, o valor profissional e o amor à Pátria dos componentes do Exército permanecem imutáveis. Lembremos que as dissensões surgidas na fase pré-revolucionária, naturais por parte daqueles que não tinham espírito forte, firmes convicções democráticas ou descritivo suficiente para fugir à maquiavélica propaganda comunista, foram relativamente tão poucas que não abalaram a coesão da Instituição. Afinal, foi o Exército anterior à revolução que fez a revolução (ALBUQUERQUE, 1981, p. 102-103).

Na OD relativa à "Revolução de 31 de março de 1964", lida no ano de 1979, o ministro do Exército, depois de fazer a apologia daquele fato histórico e "descrever" um ambiente de anarquia, propõe-se a justificar tal situação devido ao fato de os adeptos da ideologia marxista-leninista estarem agindo no referido momento como pessoas "que se julgam acima da Lei e da Moral, visando à efetiva tomada do poder, através da implantação de uma República Sindicalista, passo decisivo para a imposição do regime comunista ao nosso bom e generoso povo" (ALBUQUERQUE, 1979, p. 9).

Porém, mais adiante, expressa tranquilidade, pois o soldado brasileiro (o militar do Exército) estaria

...imbuído dos mais puros ideais da Revolução de 1964, está alerta e plenamente consciente de suas graves responsabilidades perante a Pátria, a quem continua servindo com lealdade e abnegação. Enganam-se aqueles que, conhecendo-o mal, pretendem através de manipulações ideológicas e de provocações de toda espécie, desviá-lo do caminho do dever (ALBUQUERQUE, 1979, p. 10).

Depois de se referir à participação das Forças Expedicionárias Brasileiras na luta contra o Nazismo e o Fascismo diz que após o término da Segunda Guerra Mundial, com o fim do inimigo Nazi-Fascista, surge uma outra ideologia totalitária "das ruínas incandescentes da grande refrega, revelando uma ávida ambição imperialista, alimentada por antigos sonhos de dominação mundial" (ALBUQUERQUE, 1981, p. 16).

Mais adiante, identifica a referida ideologia:

Conhecemos o engodo do materialismo dialético dessa ideologia, bem como a

dura realidade de seu sistema político, econômico e social, do qual os povos subjugados tentam desesperadamente se libertar, para repudiá-la como solução para os complexos problemas que afligem nossa sofrida civilização (ALBUQUERQUE, 1981, p. 17).

Segundo ele, o Brasil seria um país pacífico, que sempre recorre à diplomacia para solução de suas contendas, mas, diante das agressões sofridas, viu-se compelido a participar da conflagração a que fora arrastada a humanidade pelo fanatismo de ideologias totalitárias, negadoras dos princípios básicos de nossa civilização visando implantar seu sistema em todo o mundo (ALBUQUERQUE, 1981, p. 5).

Prosegue fazendo uma retrospectiva histórica das lutas do povo brasileiro, iniciando nos movimentos nativistas do século XVII, passando pelos capitães do mato, detendo-se no movimento comunista de 1935, onde "um grupo de maus brasileiros... a serviço de outra potência, quiseram impor ao país um regime totalitário marxista". Faz referência ao engajamento do EB contra as forças do Eixo, para finalizar com a apologia a 1964:

Em 1964, quando, esquecidos da lição de 30 anos antes, grupos de aventureiros tentaram impor, mais uma vez, a mesma ideologia marxista, importada, contrária a nossa índole e a nossa formação, o Exército atendeu novamente ao chamado da Pátria e impediu que o país tomasse um rumo em desacordo com suas tradições cristãs e democráticas (ALBUQUERQUE, 1982, p. 12).

Para o general Walter Pires, "o nacional-socialismo ou nazismo, inicialmente aliado às forças do comunismo internacional, intentou dominar a EUROPA e impor ao mundo uma Nova Ordem" (ALBUQUERQUE, 1983, p. 11).

Era preciso fazer crer que as "ideologias" eram prejudiciais à nação.

Pois, eram sempre vistas com caráter negativo. Contudo, suas preleções não teriam caráter ideológico, mas cumpririam a finalidade de impedir que os desmandos dessas ideologias atingissem os quartéis:

Beneficiárias exclusivas daquele clima de insegurança e incertezas, as ideologias totalitárias de esquerda e de direita apossaram-se do poder em alguns países. Pretendiam transformar e dirigir a sociedade humana ao custo da liberdade e mediante a rejeição dos postulados cristãos e democráticos. Passaram a esmagar as nações mais fracas com as cínicas justificativas da superioridade racial ou da redenção social de uma classe (ALBUQUERQUE, 1984, p. 17).

Ficava claro que os brasileiros repudiavam tais ideologias extremistas, pois não haviam repudiado tanto o comunismo em 1935, quanto o Integralismo em 1937? O desrespeito à nossa soberania vitimou pacíficos navios mercantes, por isso a Nação se levantou em defesa de seus valores maiores (ALBUQUERQUE, 1984, p. 17).

Segundo o general Albuquerque, as Forças Armadas brasileiras têm cumprido sua missão de preservar a integridade de nosso território e a

"um grupo de maus brasileiros... a serviço de outra potência, quiseram impor ao país um regime totalitário marxista"

unidade espiritual da Pátria. Nesse sentido, está presente em todos os momentos decisivos da nossa história:

Guiado pelos ensinamentos de Caxias, o Exército se fez presente nos magnos episódios da vida nacional: teve influência decisiva na Abolição; proclamou a República; participou dos movimentos que culminaram com as conquistas sociais de 1930; repeliu a Intentona Comunista de 1935; lutou contra o nazi-fascismo na Europa; derrubou a ditadura em 1945 e desencadeou a Revolução Democrática de 31 de março de 1964, atendendo ao apelo de todos os setores da comunidade nacional (ALBUQUERQUE, 1979, p. 18).

Permanece a chama do exemplo do grande soldado. A chama que fez nosso Exército presente nos momentos decisivos que marcaram nossa História. Na Independência,

na defesa da Unidade Nacional, nas guerras que definiram nossas fronteiras, na Abolição da Escravatura, na Proclamação da República, na luta contra os marxistas de 35, nos campos da Itália, na Revolução de 31 de Março de 1964. A mesma chama que, nos dias atuais, quando o mundo atravessa sua mais séria crise de ordenação econômica, política e social, fortalece o corpo e o espírito de cada soldado, determinado, mais do que nunca, a participar do desenvolvimento nacional, preservando a segurança compatível com a grandeza da Pátria, sejam quais forem as ameaças que, porventura, venham a turvar nossos horizontes (ALBUQUERQUE, 1982, p. 20).

Seria o espírito de coesão, de disciplina e de dedicação ao serviço da pátria, presente na atividade militar responsável pela geração do ambiente adequado para que as forças produtivas gerem riqueza e promovam o bem-estar coletivo:

Nossa coesão, disciplina e dedicação integral ao serviço do País são elementos indispensáveis ao estabelecimento do ambiente adequado para que as forças produtivas possam gerar riquezas e promover o bem-estar da coletividade (ALBUQUERQUE, 1979, p. 18).

A propósito da comemoração do Movimento de 1964, o ministro vê o Exército no cumprimento de seu dever cívico e sendo mal compreendido por aqueles inimigos da pátria:

(...) e apesar de seu caráter eminentemente nacional, desvinculado de qualquer coloração político-partidária, voltado exclusiva e permanentemente para os superiores interesses da Pátria, o Exército vem sendo hoje, como o foi outrora o seu insigne Patrono, vítima das intrigas nefastas dos que vêm nele o grande óbice à concretização de seus inconfessáveis desígnios (ALBUQUERQUE, 1981, p. 22).

As Forças Armadas estariam cumprindo seu papel de defender a Pátria e garantir os poderes constituídos, a lei e a ordem. Elas não devem restringir-se a ações puramente militares, mas devem adotar ações de caráter preventivo em todos os setores da vida nacional. Arroga para elas o papel de poder moderador, no regime monárquico desempenhado pelo imperador:

Um exame menos acurado deste dispositivo legal pode conduzir à idéia errônea que as Forças Armadas devem restringir-se às ações intrinsecamente militares. Esta conclusão não é adequada, considerando-se que a segurança nacional deve abranger ações, principalmente

as preventivas, em todos os campos do poder nacional, o político, o econômico, o psicossocial e o militar, que são interdependentes e reagem entre si (ALBUQUERQUE, 1981, p. 100-101).

Não se iludam os que se opõem aos militares e desejam mudanças não requeridas pela Nação, pois foi o clamor público que desencadeou a "Revolução de 31 de março", segundo o general "pacífica, ordeira, sem paredões como ocorreu nos países onde a ideologia exógena se impôs". Aqui isso não acontecerá (ALBUQUERQUE, 1984, p. 22 e 1983, p. 17), pois:

O Exército estará vigilante e não faltará à Nação, com a qual sempre foi solidário, especialmente nos momentos de crise, pois comunga dos mesmos nobres e elevados sentimentos que animam seus concidadãos. As transformações estruturais realmente desejadas pela sociedade e majoritariamente decididas serão asseguradas e processar-se-ão em ambiente de ordem e de tranquilidade, sem pressões espúrias, e com absoluto respeito ao ordenamento jurídico do país.

Dessa forma as mudanças não ocorrerão senão de acordo com os interesses dominantes, isto é, dentro do ordenamento jurídico do país.

Legitimidade do Regime Militar

As OD trabalham de maneira insistente a relação do levante comunista de 1935 com o ambiente reinante em 1964, que precedem e justificariam a intervenção dos militares, cujo objetivo seria preservar a lei e a ordem, impedindo que um regime comunista, por ser contrário às tradições cristãs do povo brasileiro se instalasse no país dada sua total incompatibilidade conosco.

As Forças Armadas intervieram porque o povo brasileiro teria saído às ruas (Marchas com Deus pela Família) e solicitado a intervenção para por fim àquele momento de insanidade geral que uma "minoria" agitadora e um governo conivente, estavam a possibilitar que se instalasse o tal regime comunista, indesejado pela Nação brasileira e pensado em países exóticos que nada tinham a ver com a cultura e as

tradições de nosso povo trabalhador, ordeiro e pacífico.

É evidente que não podemos nos esquecer que não existe texto separado de toda materialidade, que não há texto fora do contexto e ainda, que não há compreensão de um escrito que seja independente das formas pelas quais atinge o leitor (CHARTIER, 1991, p. 182). Nossa ministra, como ademais, todos os que escreveram sobre 1935 e 1964, bem como toda a pregação anticomunista, parecem entender claramente esta afirmação de Chartier, pois, tocam nos pontos onde os brios e a honra militar parecem apresentar-se mais sensíveis, qual seja, a covardia, a desonra, o assassinato de companheiros de farda.

As afirmações de que os militares foram assassinados dormindo em 1935 (apesar de terem sido fartamente desmentidas por diversas pessoas que participaram do acontecido), foram abundantemente repetidas nas OD e, ainda mais, ao se prognosticar que os rumos do país em 1964, anunciam nova tentativa de comunicação e ao relacionar a dita comunicação aos "fatos" referidos, não se poderia esperar outra reação dos subalternos, senão postarem-se em fileiras contra tudo o que significasse movimento para as esquerdas, que seria então entendido como caminhada para o comunismo. Até as reivindicações sindicais e trabalhistas foram assim entendidas.

De outro lado, dada a estrutura hierárquica que deve ter toda e qualquer Força Armada, a tendência normal do subordinado é depositar grande confiança no superior, no comandante e pouca ou quase nenhuma naqueles que foram ou são combatidos pela mesma autoridade em circunstâncias as mais diversas. Assim, o argumento da autoridade é poderosamente explorado nas OD. Em diversos momentos o ministro refere-se aos que presenciaram

os acontecimentos, tanto de 1964 quanto de 1935, que são sempre relacionados, como já dito.

Diz-se e pratica-se com muita freqüência dentro das Forças Armadas que "antigüidade é posto", o que significa hierarquia. Assim, quando o ministro informa que os mais velhos, presenciaram os momentos de caos, de anarquia e de prenúncio da repetição dos assassinatos, atos de covardia que foram processados contra "companheiros de véspera", está alertando os subordinados e indicando-lhes a posição a ser tomada diante dos novos fatos ou justificando o ocorrido no passado (1964). Afinal, era a única

As afirmações de que os militares foram assassinados dormindo em 1935 foram abundantemente repetidas nas OD

possibilidade de cessar aquela irracionalidade toda, colocar o país novamente nos trilhos, ou seja, seu destino grandioso de potência.

Na construção das identidades sociais podemos perceber duas situações complementares. Uma pensa a elaboração dessas identidades como resultado de uma relação de força entre **representações** impostas por quem detém o poder de classificar e de nomear e a caracterização de aceitação ou de resistência que cada comunidade produz acerca de si própria. A outra considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à **representação** que cada estrato social faz de si mesmo, isto é, sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade (CHARTIER, 1991, p. 183).

Daí a necessidade de mostrar que as Forças Armadas estão todas coesas e não apenas o Exército. Em diversos documentos analisados por nós o ministro fala em nome das Forças Armadas, especialmente quando encarregado de saudar o presidente da

República. Quando se comemora o dia de outra Arma, também é o momento propício a que nosso redator se refira à citada unidade das Armas.

Sempre se procurou construir e manter um “espírito militar”, que em tudo os diferenciasse dos civis. Quer pelo seu devotamento à pátria, pela sua coragem, quanto pelo seu desprendimento em relação aos objetivos a serem atingidos pela nação brasileira. Nesse sentido a idéia de tornar o Brasil, inicialmente uma grande potência, posteriormente ao engajamento do país ao lado dos Estados

A crise econômica que atualmente assola grande número de países está sendo vencida por nós com decisão e galhardia

Unidos e por reconhecerem a quase impossibilidade de nossas Forças Armadas ombrearem de igual para igual com as daquele país, contentaram-se com uma situação de potência média. Mas seria uma bandeira capaz de manter acesa a chama da unidade (CASTRO, p. 1990).

Ao considerar os discursos em seus próprios dispositivos, suas articulações retóricas ou narrativas, suas estratégias de persuasão ou de demonstração, notamos que eles não se reduzem de maneira absoluta às idéias que enunciam nem aos temas que contêm, mas possuem uma lógica própria que pode muito ser contraditória em seus efeitos, como letra da mensagem (CHARTIER, 1991, p. 187).

Dessa forma, ao mesmo tempo que as OD condenam os totalitarismos, as ameaças às liberdades individuais, as constantes violações aos direitos humanos e políticos, o regime militar, em nome de defender todos esses valores, praticava atos em tudo semelhante ao que condenava. Em nome da democracia restringiu-se os direitos democráticos, amordaçou-se a oposição e censurou-se a imprensa; torturou-se prendeu-se, cassou-se os direitos políticos.

Com o golpe de 1964 os militares alçaram-se ao controle do Estado. Tentaram então pôr em prática seu ideal de modernização da Força sonhado desde a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Para conseguir isto, reviveram o projeto de Brasil Potência proposto nos anos 1920 e adotaram a Geopolítica como ideologia, tomando-se Golbery do Couto e Silva, autor de *Geopolítica do Brasil*, o ideólogo oficial e a Escola Superior de Guerra o centro incrementador do pensamento geopolítico, que serviu como referência para a elaboração das OD de

todos os ministros militares e não apenas do Exército.

As OD trazem repetidas vezes as expressões: “justo relevo no cenário internacional”,

“nosso lugar no mundo desenvolvido”, “construir a grande nação que almejamos”, etc., para definir ou explicitar o projeto de potência revivido. Pretendem passar para o público (interno e externo às casernas) que a ocupação desse lugar de destaque no cenário mundial dar-se-ia por obra e graça do regime militar:

É inegável o progresso experimentado pelo Brasil, em todos os campos, a partir de 1964. Hoje em dia, seu nome já não consta no rol dos subdesenvolvidos. Graças aos nossos próprios esforços, somos uma nação admirada e respeitada em todo o mundo. A crise econômica que atualmente assola grande número de países está sendo vencida por nós com decisão e galhardia. A guerrilha e o terrorismo estão erradicados do nosso território. Anseios antigos, como a reforma agrária, estão-se realizando de forma pacífica e objetiva. A população já não se encontra desprotegida ante os grandes problemas sanitários. As milhares de casas populares construídas em todo o país abrigam famílias que antes nenhum teto possuíam. O parque industrial cresceu e se firmou. A agricultura e a pecuária atingiram níveis sem precedentes (ALBUQUERQUE, 1982, p. 07).

O Brasil está, hoje, entre as dez maiores economias do Ocidente e ocupa uma posição de destaque entre as nações industrializadas do mundo. É um país viável e merecedor de crédito da comunidade internacional, porque honra e

saberá honrar sempre os compromissos assumidos (ALBUQUERQUE, 1983, p. 62).

Em 1987, após o fim do regime burocrático-autoritário brasileiro, o professor Geraldo Lesbat CAVAGNARI FILHO (1987a, p. 59-99) informa que os militares - ele é um militar da reserva, devemos nos lembrar - ainda têm intenção de construir a grande potência e com tal vontade que "atribuem maior prioridade à construção da potência do que à construção da democracia" (p. 58). Não se trata de competir com os Estados Unidos, mas de aceitar a hegemonia norte-americana e colocar-se como potência secundária. Seria hoje uma "potência-média".

Esse sonho de potência está associado à idéia de autonomia das Forças Armadas em relação à sociedade civil e mesmo ao Estado. Pois, se o Estado doravante será dirigido por civis e se os militares são os guardiões do projeto social brasileiro, devendo intervir sempre que as elites civis não identificarem corretamente os Objetivos Nacionais, então, devem estar em condições de proceder a essa intervenção no momento que julgarem oportuno.

O citado professor CAVAGNARI FILHO (1987a, p. 60-1) alerta para o seguinte fato:

As forças que negociaram a transferência do comando do Estado não foram cuidadosas na definição de um quadro institucional necessário à consolidação do governo civil. A negociação se impôs para evitar uma ruptura com o sistema de forças autoritário. Aquelas forças acreditaram que, pelo processo de transferência, a base militar estaria "legalmente" neutralizada, permitindo a implementação de um projeto de mudança. No entanto, as Forças Armadas mantiveram suas condições privilegiadas no Estado, e os setores conservadores comprometidos com o autoritarismo conseguiram recompor seu dispositivo e manter seu espaço no jogo político.

A autonomia militar é um subproduto do autoritarismo militar. Não se pode afirmar que os militares tenham desejado ou provocado de maneira deliberada uma situação que lhes "confere atributos indesejáveis para um

Estado democrático". Contudo, as forças envolvidas na transição para a democracia não se preocuparam com a discussão do status dos militares, por acreditarem que a afirmação do governo civil abrangeia a administração do monopólio da força. O lobby dos militares na Constituinte possibilitou a permanência da autonomia dos militares, sua tutela sobre a sociedade civil e, como via de consequência, a administração do "monopólio da força", no sentido weberiano, o que é ou deveria ser atributo do Estado e não de um aparelho do Estado (CAVAGNARI FILHO, 1987a, p. 72-3).

Os militares, ao longo da história republicana, conseguiram criar escolas que garantem a formação escolar da quase totalidade dos profissionais fardados; desenvolveram doutrinas sobre emprego da Força e definiram posições sobre o desenvolvimento do Estado Nacional. As teorias políticas, entretanto, falham quando tratam da explicação da capacidade militar de influenciar a vida nacional e o sistema político por salientar exclusivamente quer a origem social dos militares (e os situam entre as elites) quer sua participação na estrutura estatal (OLIVEIRA, 1993, p. 16).

Dessa forma, a democracia que estamos construindo, não estará ainda livre da possibilidade de intervenção das Forças Armadas. E trata-se de intervenção Constitucional, não apenas quebra dos ordenamentos jurídicos. Como se pode notar, o fim do regime militar não significou o fim da autonomia nem da tutela dos militares.

As OD relativas ao 31 de março de 1964 possuem características interessantes: reforçam a idéia de que era inevitável a intervenção das Forças Armadas no processo político brasileiro e isto seria uma consequência natural do Levante Comunista de 1935.

Em torno do Levante, denominado por eles "Intentona Comunista", construíram uma racionalidade em tudo contrária às mais altas características que se conferem como militares, qual seja: a covardia, a traição, o assassinato

de companheiros a sangue frio, pior, durante o sono, além de se referirem aos comunistas como fanáticos, totalitários, títeres de governo estrangeiro, no caso, soviético.

Em 1964, a pretexto de pôr fim à anarquia reinante que teria desviado o país do rumo do desenvolvimento dentro da ordem estabelecida, impedindo que a

O terrorismo e a guerrilha pós-1964 ameaçavam reviver os acontecimentos de 1935

concretização do progresso levasse o país ao seu destino de potência, os militares intervieram para recolocar as coisas no seu devido lugar².

Nas OD são descritos também os momentos que antecederam e sucederam ao golpe de 1964 como ambiente de perturbação da ordem, de desagregação política e de ameaça à hierarquia e à disciplina nas Forças Armadas. O terrorismo e a guerrilha pós-1964 ameaçavam reviver os acontecimentos de 1935, onde o assassinato e a traição poderiam se repetir. A desordem, a quebra de disciplina são temores que afetam os militares dadas as características de seu trabalho e de suas atribuições profissionais, das quais se mostram bastante ciosos³.

Os militares intervieram para "atender aos reclamos do povo", com o qual o Exército, pela sua história, pela origem de seus membros, se identifica completamente. E, com o apoio dos setores "mais representativos" da sociedade, os quais, como o povo, teriam aversão ao comunismo⁴. Aqueles que querem desacreditar as Forças Armadas o fazem dentro de um "espírito revanchista" e desejosos de manter acesa a chama do comunismo

internacional e em aliciar o Brasil para tal projeto. Tais indivíduos, "ontem como hoje" realizariam a mesma ação desestabilizadora das instituições ("democráticas").

Os militares desejariam tanto a democracia que promoveram a abertura política, concederam a anistia a aqueles que atentaram contra as Instituições

democráticas. Não merecem, mas a generosidade do presidente da República, refletindo a do povo brasileiro anistiou os inimigos

internos⁵, pois seriam "contumazes promotores da subversão", enquanto a Anistia, por si mesma seria a expressão da magnanimidade e da generosidade daqueles que fizeram 1964 e estavam até então (1979) à frente do Estado.

Considerações Finais

Ao longo do presente trabalho analisamos as contribuições de alguns autores, especialmente Roger Chartier, para o assunto em questão, buscando a construção de um referencial teórico para o estudo da questão da **representação** militar no Exército Brasileiro.

A **representação** referida explicita um discurso anticomunista, se não impeditivo, ao menos dificultador da convivência democrática e pacífica do estrato social militar com a sociedade civil organizada, especialmente com os setores de esquerda, identificados em diversos momentos, de forma generalizada, com o comunismo e o socialismo, com conotação altamente negativa: forças desestruturadoras da nacionalidade, provocadoras do dissenso e colocadas a serviço de interesses estrangeiros e nocivos às idéias de nação, fraternidade e camaradagem, tão caras

³ Conferir: ALBUQUERQUE, 1979: 9-10, 1979: 31-2, 1979: 62, 1981: 32, 1982: 27, 1983: 17-8, 1983: 39-40, 1984: 31-2.

⁴ Conferir: ALBUQUERQUE, 1979: 9, 1979: 45, 1981: 12, 1981: 23, 1981: 33, 1981: 99-100, 1981: 108, 1982: 07, 1982: 28, 1982: 31 e 37, 1983: 17-8, 1983: 62, 1984: 11-2, 1984: 32

⁵ Conferir: ALBUQUERQUE, 1979: 32, 1979: 72, 1984: 31, 1983: 19

não apenas aos militares, mas a todos os brasileiros indistintamente, uma vez que aqueles apresentam-se como lídios representantes do povo e capazes de interpretar seus desígnios. Daí a legitimidade com que interferem nos momentos de crise, agindo como poder moderador, buscando obter o consenso e o retorno à "normalidade democrática".

A **representação** é entendida como uma utopia às avessas, pois não se trata do desejo evidente da construção de uma sociedade alternativa, porém propugna-se a construção de um futuro que modernize a sociedade sem, contudo, alterar substantivamente a ordem vigente.

Militares que se desviam de sua função precípua para ocupar cargos políticos, tradicionalmente destinados a civis, pretendem impor à sociedade - a quem deveriam proteger, defender e garantir contra inimigos externos - uma disciplina militar, pois, se assim vivem sua vida e assim crêem que está bem, ao se defrontarem com a pretensa anarquia do meio civil (paisano) passam a visualizar a possibilidade de propor uma nova ordem à sociedade.

O discurso militar das OD, essencialmente anticomunista, não tem se mostrado capaz de se adaptar às transformações sociais, nem de permitir reinterpretações, convivências, mantendo-se entre tensões e conflitos, apesar de propor a concórdia, a fraternidade, a soma de esforços para o cumprimento de um abstrato objetivo comum que se caracterizaria como a construção do Brasil potência.

Ao nos determos sobre o discurso sistemático da hierarquia militar, acerca da sociedade brasileira e os problemas sociais ocorridos em seu interior durante os anos do período abrangido por esta investigação, veremos que suas variações (mínimas) estão ligadas às transformações internas vividas pelo Exército enquanto gestor do Estado.

As atitudes e o discurso oficial anticomunista permaneceram os mesmos, apesar da conquista pela instituição de uma aparente

independência com relação aos setores dominantes da sociedade. Sua indisposição com as propostas de modernização sob o pacto populista, pela via desenvolvimentista e nacionalista, levou-os ao golpe de Estado perpetrado em 1964, instalando um governo chefiado por generais, o que lhes propiciou uma conjuntura histórica favorável ao recrudescimento do discurso e das práticas anticomunistas e repressoras.

A idéia de autonomia da sociedade civil é obstaculizada pela idéia mais forte, no meio militar, da hierarquia. É justamente essa poderosa força, a hierarquia, que os levou a lutar desesperadamente por ocasião da convocação do Congresso Nacional Constituinte, no sentido de preservar suas prerrogativas. Precisam estar hierarquicamente acima da sociedade, pois, apenas assim, podem continuar seu sonho de tutela sobre a sociedade brasileira, impondo-lhe seus desígnios, ao menos quando as constantes crises de hegemonia apresentarem-se favoravelmente à sua intervenção.

A idéia de autonomia da sociedade civil, incompatível com suas concepções de hierarquia, pois consideravam os civis, mesmo a elite, incapazes para o exercício do poder do Estado, levou-os a empalmarem-no. Porém, como o poder fascina, torna-se difícil quem dele se enamora deixá-lo com facilidade. Assim, todas as oportunidades de continuação foram aproveitadas para permanecerem à frente do Estado impondo um modelo de sociedade com que tanto sonharam antes de 1964. Quando os aliados de véspera espernearam, foram punidos até com cassações de direitos políticos. Todos os críticos eram potenciais inimigos, uma vez que não se pode questionar o chefe militar. Seu poder é quase sagrado.

A **representação** militar significa uma retomada de conteúdos tradicionais, sob uma perspectiva messiânica. Essa perspectiva possui afinidades com a visão de mundo de setores dominados da sociedade, onde grande parcela dos militares são recrutados, permitindo

uma fusão do passado revalorizado com um futuro idealizado, o que facilita o posicionamento político mais ou menos homogêneo do estrato militar, em termos de ação política.

A **representação** militar sobre sociedade implica concepções de tempo e espaço substancialmente diferentes das concepções históricas. O tempo aí explorado é um tempo não mensurável, presente nos relatos dos superiores hierárquicos, portadores do testemunho. A liberdade de cada um consiste na "opção" em obedecer a

Exército e da Revista *A Defesa Nacional*.

O ministro do Exército é o principal sistematizador desse discurso no contexto da incorporação das idéias que os militares gostariam de ver veiculadas no meio civil, especialmente nas Instituições Educacionais, através das disciplinas Estudo de Problemas Brasileiros e Educação Moral e Cívica, presentes nas escolas durante o regime militar.

Os estudos realizados acerca das OD possibilitaram a compreensão das práticas militares não apenas como elos de ligação entre os universos militar e social, militar e político, mas, sobretudo, como um discurso que serve

hierarquia, uma vez que, ao menos em termos de público interno, não foram escolhidos de modo compulsório, mas voluntário.

A opção apresentada é **servir**. Não servir ao superior hierárquico, mas, servir, em primeiro lugar à pátria e em segundo lugar à força militar, à "família" militar. É muito freqüente o uso da expressão "família" para externar a maneira como se relaciona a corporação. O objetivo final é a construção de uma nação poderosa, um país poderoso, onde ele, enquanto subalterno, insere-se orgulhosamente, satisfeito por cumprir o sagrado dever da abnegação em relação à pátria a quem tudo se dá e nada se pede.

A representação da sociedade aponta uma continuidade com o passado e com as tradições do Exército. Caxias é sempre invocado como exemplo (por isso é Patrono do Exército). A representação incorpora tanto as contribuições do pensamento conservador em geral, de forma seletiva, quanto aquelas decorrentes dos "momentos" de reflexão dos próprios comandantes militares sobre si mesmos, a exemplo da *Revista do*

de fundamentação para práticas políticas conservadoras ou reacionárias (censura, perseguições políticas, torturas, etc.) e, ainda, como suporte para a construção da **representação** que o militar faz da sociedade brasileira e de si próprio. Dessa forma, além das representações de caráter simbólico, o discurso é elemento amalgamador e reforçador de certas formas de sociabilidade dos diversos segmentos do estrato militar.

O estudo confirmou que as OD desempenham importante papel num processo abrangente de formação de identidades grupais particularizadas (seja no interior da mesma força, seja entre corporações diferenciadas: Exército X Marinha X Aeronáutica). Provavelmente proposição mais importante colocada pela presente análise.

Nesse relatório procuramos, em que pese eventuais falhas, sintetizar os resultados da análise empreendida sobre as OD buscando explicitar sob um novo ângulo de abordagem a **representação** militar. Quiçá tenhamos realizado a tarefa de maneira satisfatória, pois entendemos que

tema seja relevante, sobretudo se considerarmos que a Constituição Federal vigente reserva ainda aos

militares um papel de destaque e proeminência sobre a sociedade brasileira em geral.

Referências Bibliográficas

- ALBUQUERQUE, W. P. C. (1979). *Ordens do dia e pronunciamentos do Gen. Ex. Walter Pires de C. e Albuquerque, Ministro do Exército*. Brasília: Ministério do Exército.
- _____. (1980). *Palavras do General-de-Exército WALTER PIRES, Ministro do Exército*. Brasília: Secretaria de Projetos Especiais.
- _____. (1981). *Ordens do Dia e outros pronunciamentos do Gen. Ex. Walter Pires de C. e Albuquerque, Ministro do Exército*. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.
- _____. (1982). *Ordens do Dia e outros pronunciamentos do Gen. Ex. Walter Pires de C. e Albuquerque, Ministro do Exército*. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.
- _____. (1983) *Ordens do Dia e outros pronunciamentos do Gen. Ex. Walter Pires de C. e Albuquerque, Ministro do Exército*. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.
- _____. (1984). *Ordens do Dia e outros pronunciamentos do Gen. Ex. Walter Pires de C. e Albuquerque, Ministro do Exército*. Brasília: Centro de Comunicação Social do Exército.
- CHARTIER, R. (1990). *A História cultural; entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (1991) "O Mundo como Representação". *Estudos Avançados*, nº 11, Tradução de Andréa Daher e Zenir Campos Reis. 11(5):171-91, São Paulo, jan-abr.
- DURKHEIM, È. (1965) Classifications sociales et classifications mentales. In: DUVIGNAUD, J. Durkheim, sa vie, son oeuvre avec un exposé de sa philosophie. Paris: Presses Universitaires de France, p. 106-10.
- _____. (1989). *As formas elementares de vida religiosa*. Trad. Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Paulinas.
- CAMARGO, A. e GOES, W. (1981). *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CARONE, E. (1965). *Revolução do Brasil Contemporâneo: 1922-1938*. São Paulo: Ed. São Paulo.
- CARVALHO, F. (1981). *Lembrai-vos de 35!* Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército.
- CASTRO, C. (1990). *O espírito militar; um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- CAVAGNARI FILHO, G. L. (1987a). Autonomia militar e construção da potência. In: OLIVEIRA, E. R. e outros. *As forças armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 57-99.
- _____. (1991). Clausewitz: *O Estado e a Força*. Palestra proferida no interior do Seminário cujo tema era: O Estado e a Força, organizado pelo prof. Dr. Geraldo Cavagnari Filho, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP. Campinas: UNICAMP.
- _____. (1987b). Introdução ao estudo de uma potência média. In: OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de (org.). *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, p. 133-44.
- GRAMSCI, A. (1978a). *Concepção dialética da História*. Trad. Carlos N. Coutinho. 2ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1968). *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1978b). *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Trad. Luiz Mário Gazzaneo. 3ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OLIVEIRA, E. R. (1987a). Constituinte, forças armadas e autonomia militar. In: *As Forças Armadas no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, p. 145-78)
- _____. (1976). *As Forças Armadas: Política e Ideologia no Brasil (1964-1969)*. Petrópolis: Vozes.
- _____. (1987b). A Doutrina de Segurança Nacional: Pensamento Político e Projeto Estratégico. In: *Militares: pensamento e ação política*. Campinas: Papirus, p. 53-86).
- _____. (1986). Forças Armadas: pensamento e ação política. In: MORAES, Reginaldo (org). *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense.
- _____. (1994). *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas: Papirus.
- RESENDE, O. L. (1991). Vaga de assombração. *Folha de São Paulo*, 12 setembro, p.2.
- SODRÉ, N. W. (1968) *História Militar do Brasil*. 2ed Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.